

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **001 - AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

A principal intenção do autor ao escrever o texto é entreter o leitor com uma história bem-humorada e surpreendente, utilizando elementos de humor e ironia para prender a atenção do público e provocar risos.

Gabarito mantido.
INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

A ironia é mais evidente no trecho em que a velhinha revela que o contrabando é a própria lambreta. A situação é irônica porque o fiscal estava focado no saco de areia, enquanto a verdadeira contravenção estava bem diante dele.

Gabarito mantido.
INDEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

A principal característica do fiscal que contribui para o desenvolvimento do conflito é sua arrogância e confiança excessiva em sua experiência. Ele acredita firmemente que a velhinha está contrabandeando algo e não desconfia que a própria lambreta seja o contrabando, o que é crucial para o desenrolar do humor e da ironia no texto.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

A palavra "que" no trecho citado é um pronome relativo, pois introduz uma oração subordinada adjetiva que caracteriza o substantivo "velhinha".

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

Resolução:

$$2.3.4 = 360^\circ$$

$$12 = x^\circ$$

$$2x = 360^\circ \rightarrow x = 360^\circ/2 = 180^\circ$$

$$A = 3.42/2 = 3.16/2 = 48/2 = 24 \text{ cm}^2.$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 14

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa "Para que não haja um acúmulo de mensagens, elas devem ser lidas periodicamente" não representa uma vantagem do correio eletrônico. Trata-se de uma recomendação para o uso eficaz do e-mail, mas não é uma vantagem inerente à ferramenta.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

Indeferido, a questão mostra, como gabarito a resposta IETF o que não compromete a questão, tendo em vista que mesmo se a opção correta fosse ICANN o candidato só poderia marcar apenas uma vez o gabarito, para que assim não ferisse o item mencionado.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa correta é:

a) Implícitos e Explícitos.

Os princípios administrativos podem ser explícitos, quando estão previstos diretamente na Constituição ou em leis, como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (conhecidos como LIMPE), e implícitos, que são extraídos por interpretação jurídica, como os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, supremacia do interesse público, entre outros.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com a lei orgânica do município de Camocim,

Capítulo III
Do Poder Executivo
Seção I
Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 56. O Poder Executivo municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou diretores equivalentes.

<https://camocim.ce.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/lei-organica-de-camocim-ceara.pdf>
pg. 32

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 20

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, não há respostas corretas na questão. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

CF/88: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019); V - o pluralismo político.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

CF/88: “Art. 5º [...] LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

CF/88: “Art. 5º [...] LXXVII - são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
CF/88: “Art. 8º [...] III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 34

Procedem as alegações do recorrente.

A alternativa correta é:

c) Pune-se o estelionato com reclusão e multa.

Conforme o artigo 171 do Código Penal, o crime de estelionato é punido com pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa.

Aqui está uma análise das outras alternativas:

a) Incorreta. Quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria comete o crime de apropriação de coisa achada, conforme o artigo 169, II, do Código Penal.

b) Incorreta. Atualmente, há tipos penais específicos para crimes de fraude eletrônica, como previsto no artigo 171, §2º-A do Código Penal, que trata de fraude com uso de dispositivos eletrônicos ou informáticos.

d) Incorreta. O estelionato contra idoso (artigo 171, §4º) tem a pena aumentada em 1/3 (um terço), e não 2/3.

Portanto, a alternativa correta é a c.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de D para C.

DEFERIDO

Questão 37

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa correta é:

d) As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI) têm regimento próprio. Conforme o artigo 17 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997), as JARI, que são responsáveis por julgar os recursos interpostos contra penalidades impostas por infrações de trânsito, possuem regimento próprio para seu funcionamento.

Analisando as demais alternativas:

a) Incorreta. As Câmaras Temáticas do CONTRAN devem ser compostas por especialistas, conforme o artigo 13 do CTB, que define que elas são formadas por especialistas de trânsito.

b) Incorreta. Os segmentos da sociedade que compõem as Câmaras Temáticas são representados por pessoas jurídicas, e não por pessoas físicas, ligadas a entidades do setor de trânsito.

c) Incorreta. A coordenação das Câmaras Temáticas é exercida pelo CONTRAN, e não pelos representantes dos órgãos executivos estaduais de trânsito.

Portanto, a resposta correta é a d.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 27 de Setembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **002 – GUARDA CIVIL MUNICIPAL**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Há uma ironia no fato de que, ao se acostumar para evitar sofrimento e preservar a pele, a pessoa acaba se desgastando e perdendo a própria vida. Isso subverte a expectativa de que o hábito protege, quando, na verdade, ele leva a uma perda de vitalidade.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

O "que" é um pronome relativo que introduz uma oração subordinada adjetiva restritiva, referindo-se a "tudo".

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 13

Procedem as alegações do recorrente.

No item I- A forma de comunicação do Correio eletrônico é feita de forma síncrono. A comunicação síncrona permite o emissor enviar uma mensagem (e-mail) para o receptor e este a receber quase que instantaneamente.

Houve um erro de digitação onde a palavra correta seria assíncrono.

A Resposta seria:

A afirmativa I está totalmente incorreta e a afirmativa II está totalmente correta.

Sendo assim a questão é passível de anulação, visto que não há item que contemple a resposta.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 14

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão aborda que o SMTP é utilizado EXCLUSIVAMENTE para enviar mensagens em formato de texto puro sem anexos

O SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) é utilizado para o envio de e-mails em geral, tanto em formato de texto puro quanto com anexos. Ele não se restringe apenas ao envio de mensagens em formato de texto puro.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Procedem as alegações do recorrente

De fato, não tem itens corretos, dessa forma a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
CF/88: “Art. 31. [...] § 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
CF/88: “Art. 37. [...] XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 30

Procedem as alegações do recorrente.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13022.htm
EGGM/2014: “Art. 13 [...] § 1º O Poder Executivo municipal poderá criar órgão colegiado para exercer o controle social das atividades de segurança do Município, analisar a alocação e aplicação dos recursos públicos e monitorar os objetivos e metas da política municipal de segurança e, posteriormente, a adequação e eventual necessidade de adaptação das medidas adotadas face aos resultados obtidos.” (grifou-se).

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de E para D.

DEFERIDO

Questão 33

Improcedem as alegações do recorrente.

PRÉVIA PARA RESPOSTA DE RECURSO:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm
EPD/2015: “Art. 10. [...] Parágrafo único. O consentimento da pessoa com deficiência em situação de curatela poderá ser suprido, na forma da lei.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 37

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa correta é:

d) Um Estado Parte poderá denunciar a presente Convenção.

Justificativa:

a) Incorreta. A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional está aberta à adesão de qualquer Estado, conforme disposto no artigo 36 da Convenção.

b) Incorreta. A Convenção pode ser complementada por protocolos, conforme previsto no próprio texto, como é o caso de instrumentos como o Protocolo contra o Tráfico de Pessoas e o Protocolo contra o Tráfico de Migrantes.

c) Incorreta. A emenda à Convenção pode ser proposta por um Estado Parte, mas não há necessidade de esperar dois anos após a entrada em vigor, como sugerido no enunciado. O art. 39 da Convenção trata do procedimento de emendas, sem essa limitação temporal.

d) Correta. O art. 40 da Convenção estabelece que qualquer Estado Parte pode denunciar a Convenção mediante notificação por escrito ao Secretário-Geral da ONU. A denúncia entra em vigor um ano após a data de recebimento da notificação.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 40

Improcedem as alegações do recorrente.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716compilado.htm

Lei nº 7716/1989: “Art. 20-D. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a vítima dos crimes de racismo deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 27 de Setembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM